

A PRESENÇA DAS MULHERES NA CIÊNCIA BRASILEIRA: UM OLHAR INTERSECCIONAL E CRÍTICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Maria Gabriela Salvioli Silva ¹
Paloma Alinne Alves Rodrigues ²

RESUMO

Este artigo analisa criticamente as políticas públicas voltadas à promoção da equidade de gênero na ciência brasileira, com ênfase na inclusão de mulheres nas áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamentou-se em revisão bibliográfica e análise documental, orientada por uma perspectiva interseccional que articula gênero, ciência e educação. O referencial teórico dialoga com estudos sobre desigualdades de gênero e inclusão nas ciências, considerando a importância da interseccionalidade para compreender as múltiplas dimensões da exclusão. Os resultados evidenciam que, embora iniciativas como o Programa Mulher e Ciência e ações de mentoria tenham promovido avanços relevantes, persistem desafios estruturais que dificultam a consolidação de uma equidade efetiva, como a descontinuidade de políticas públicas, a ausência de dados desagregados por gênero e raça, e currículos escolares que perpetuam estereótipos. Identifica-se, ainda, que a baixa representatividade feminina em determinadas áreas de STEM está associada a barreiras culturais e institucionais que se manifestam desde a educação básica até a progressão na carreira científica. Conclui-se que o enfrentamento dessas desigualdades requer estratégias intersetoriais, investimentos consistentes, formação docente crítica e a reformulação de conteúdos curriculares para promover uma educação científica mais inclusiva e diversa. A equidade de gênero na ciência é, portanto, condição indispensável para a construção de uma prática científica democrática, ética e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Equidade de gênero, mulheres na ciência, políticas públicas, STEM, educação científica.

INTRODUÇÃO

Com o advento da modernidade, a ciência passou a possuir metodologias baseadas na observação e comprovação, rompendo com dogmas e autoridades. Entretanto, apesar de ter sido desenvolvida como uma ferramenta poderosa para entender o mundo e formar o pensamento crítico, sua base foi construída historicamente em estruturas masculinas de poder que limitaram a participação feminina, tanto na produção quanto no reconhecimento (Schiebinger, 2001).

¹Graduanda do Curso de Física – Licenciatura da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), d2021012580@unifei.edu.br;

² Professora orientadora: Doutora, Instituto de Física e Química – UNIFEI, palomaraap@unifei.edu.br.





A desigualdade de gênero no campo científico não se limita ao passado. Ainda hoje, as mulheres são sub-representadas nessas áreas, uma vez que diversos fatores culturais fomentam os estereótipos que associam mulheres aos cuidados e deixam a produção de conhecimento científico como qualidades atribuídas ao “masculino”. Segundo dados da UNESCO (2017), apenas cerca de 30% dos pesquisadores no mundo são mulheres, e essa porcentagem é ainda menor em áreas como engenharia, física e informática. No Brasil, embora o número de mulheres com formação superior tenha crescido, sua presença em cargos de liderança científica e tecnológica continua restrita.

Tal disparidade pode ser explicada por um conjunto de fatores estruturais que vão além de apenas questões individuais, incluindo desde currículos escolares desestimulantes e ausência de representatividade até ambientes acadêmicos marcados por exclusão. A ausência de políticas institucionais eficazes também contribui para a evasão feminina nos níveis mais altos da carreira científica.

Diante desse cenário, organismos internacionais como a UNESCO têm se dedicado à formulação de estratégias e políticas para ampliar a participação feminina na ciência. O relatório *Decifrar o Código* (2018) é uma das iniciativas que busca compreender e combater os fatores que afastam meninas e mulheres das áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).

A UNESCO enfatiza que a igualdade de gênero na ciência não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para o desenvolvimento sustentável. A diversidade de perspectivas enriquece a pesquisa científica e é essencial para enfrentar os desafios globais contemporâneos. Nesse contexto, políticas de inclusão têm sido implementadas em diversos países com o objetivo de aumentar a participação feminina na ciência.

Nesse mesmo sentido, o Brasil tem adotado políticas voltadas à equidade de gênero, como o Programa Mulher e Ciência (PMC), que se configura como uma das principais iniciativas públicas voltadas à promoção da equidade de gênero no campo científico, ao incentivar a participação feminina na produção de conhecimento (Reznik & Massarani, 2022). Sua institucionalização pelo governo federal reflete o reconhecimento da importância de fortalecer a pesquisa sobre relações de gênero e implementar ações concretas que ampliem a inserção e a permanência das mulheres nas carreiras científicas (Lima, Lopes & Costa, 2016).



Apesar dos avanços, o cenário ainda revela desigualdades persistentes, o que evidencia a necessidade de consolidar e expandir tais políticas. Iniciativas complementares, como programas de mentoria, incentivo à carreira científica desde a educação básica e fortalecimento de redes de apoio entre pesquisadoras, têm mostrado que é possível transformar essa realidade. A superação dos desafios requer o comprometimento coletivo de instituições de ensino, agências de fomento, governos e sociedade civil para construir um ambiente acadêmico mais inclusivo, diverso e equitativo.

Para que as ações existentes alcancem maior efetividade, é necessário que se avance em aspectos estruturais. Os currículos escolares ainda carecem de abordagens que promovam o protagonismo feminino nas ciências desde a educação básica. Além disso, o combate aos vieses de gênero nas avaliações acadêmicas e nos processos seletivos para bolsas e financiamentos é essencial.

Diante do exposto, este artigo, desenvolvido no contexto da disciplina Introdução à Pesquisa em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), tem como objetivo analisar criticamente as políticas públicas de inclusão voltadas à promoção da equidade de gênero no campo científico brasileiro. Busca-se compreender de que forma tais políticas — como o Programa Mulher e Ciência, entre outras iniciativas institucionais — contribuem para ampliar a participação feminina na ciência, bem como identificar seus limites e potencialidades. A reflexão parte de uma abordagem interseccional, que considera as articulações entre gênero, educação e ciência, visando promover uma cultura científica mais diversa, democrática e representativa.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar políticas públicas voltadas à promoção da equidade de gênero no campo científico brasileiro. A relevância deste estudo está fundamentada no reconhecimento das desigualdades estruturais de gênero historicamente presentes no ambiente científico, manifestadas pela menor representatividade feminina em cargos de



liderança, acesso desigual a recursos e reconhecimento profissional discrepante (Costa & Pimenta, 2019; Oliveira et al., 2021).

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e crítica (Denzin & Lincoln, 2006), fundamentada em análise documental e revisão bibliográfica de artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais. Essa metodologia permitiu compreender o panorama atual das políticas públicas, suas estratégias, resultados e desafios.

A etapa de levantamento bibliográfico incluiu periódicos nacionais classificados no estrato B1 ou superior no sistema Qualis-CAPES da área de Ensino, como: *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, *Amazônia – Revista de Educação em Ciência e Matemática*, *Ciência & Educação (SciELO)*, *Alexandria – Revista de Educação em Ciência e Tecnologia* e *Revista Eletrônica Areté*.

Como instrumentos de análise, adotou-se a leitura crítica e interpretativa com base na perspectiva interseccional (Crenshaw, 1991), articulando gênero, ciência e educação. A análise de conteúdo foi conduzida conforme Bardin (2011), resultando nas seguintes categorias:

1. Invisibilidade histórica e reproduções contemporâneas da exclusão de gênero;
2. Impacto das políticas de inclusão: avanços e contradições;
3. Currículos e cultura escolar;
4. Percepções das mulheres nas áreas STEM;
5. Caminhos para a transformação e compromisso institucional.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que embasa este estudo se apoia em uma abordagem interdisciplinar que integra os campos dos estudos de gênero, políticas públicas e educação científica.

De acordo com Schiebinger (2001), a ciência moderna foi construída sobre estruturas de poder que favoreceram a exclusão feminina, consolidando um modelo de produção de conhecimento pautado pela neutralidade e pela autoridade masculina. Essa exclusão histórica





reflete-se nas práticas contemporâneas, onde persistem desigualdades de reconhecimento e acesso.

A UNESCO no relatório *Decifrar o Código* (2018) ressalta que a igualdade de gênero na ciência é essencial para o desenvolvimento sustentável e para o avanço social. O documento

destaca a necessidade de políticas de incentivo desde a educação básica, reconhecendo que a falta de representatividade feminina em STEM resulta de barreiras estruturais e culturais.

No contexto brasileiro, Lima, Lopes e Costa (2016) e Reznik e Massarani (2022) analisam o impacto do Programa Mulher e Ciência, evidenciando seu papel na promoção da equidade e no estímulo à pesquisa sobre relações de gênero. Contudo, também apontam limitações quanto à continuidade e alcance das ações, especialmente em regiões periféricas.

A teoria interseccional proposta por Crenshaw (1991) fornece a base analítica para compreender como gênero, raça e classe se entrelaçam na estrutura científica, influenciando as oportunidades e experiências das mulheres na academia.

Assim, o referencial teórico adotado neste artigo orienta a análise crítica das políticas públicas, destacando a importância de uma abordagem que reconheça as desigualdades históricas, promova transformações curriculares e incentive uma cultura científica mais plural e inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Invisibilidade Histórica e Reproduções Contemporâneas da Exclusão de Gênero na Ciência

A análise documental e bibliográfica evidenciou a permanência de uma cultura científica estruturada sob lógicas que historicamente relegaram as mulheres à condição de exceção na produção do conhecimento (SCHIEBINGER, 2001; CORDEIRO, 2017). Essa estrutura é reproduzida por currículos que silenciam contribuições femininas, pela escassez de modelos de referência e por uma institucionalidade que legitima uma ciência apresentada como neutra, mas fundada em valores masculinos (OLINTO, 2011; SANTOS et al., 2012).





Compreender essa exclusão requer, como aponta Cordeiro (2017), uma abordagem crítica que valorize epistemologias femininas e decoloniais, rompendo com paradigmas que sustentam o epistemicídio de saberes periféricos e femininos. Tal perspectiva dialoga com Crenshaw (1991), cuja noção de interseccionalidade evidencia que as desigualdades não atingem todas as mulheres da mesma forma — especialmente negras, indígenas, periféricas ou com deficiência.

A exclusão manifesta-se também em barreiras institucionais e simbólicas. Santos et al. (2016) mostram que, embora haja aumento na presença feminina na ciência, isso não se reflete proporcionalmente em cargos de liderança, editoração de periódicos ou prêmios científicos — o acesso não tem garantido o pertencimento. Gomes, Uchôa e Soares (2024) reforçam esse “negligenciamento histórico”, destacando como a ausência das vozes femininas consolida estereótipos que associam o fazer científico ao masculino. Além disso, Junges, Rosa e Grocinotti (2023) apontam que muitas mulheres em STEM relatam sentimentos de não pertencimento e necessidade constante de provar competência, o que impacta diretamente sua permanência acadêmica.

A análise dos periódicos qualificados na área de Ensino confirma essa invisibilidade: são raros os artigos que abordam a presença das mulheres na ciência ou discutem políticas de inclusão com enfoque interseccional. Tal escassez evidencia uma lacuna crítica no debate acadêmico, sugerindo que o tema ainda não ocupa lugar central na pesquisa em Educação em Ciências. Enfrentar essa exclusão exige, portanto, ações que transcendam a inclusão formal, promovendo uma reconfiguração dos modos de pensar, ensinar e produzir ciência — uma ciência plural, democrática e comprometida com a justiça cognitiva.

Impacto das Políticas de Inclusão: Avanços e Contradições

As políticas públicas voltadas à inclusão de mulheres na ciência têm desempenhado papel fundamental na visibilização das desigualdades de gênero e na indução de práticas institucionais mais sensíveis à diversidade. Programas como o “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, do CNPq, representam marcos importantes ao promover ações





de formação e iniciação científica para alunas da educação básica em escolas públicas, com foco em áreas historicamente masculinizadas. Segundo dados do próprio CNPq, as edições do programa têm impactado milhares de meninas, estimulando o interesse por carreiras em computação, engenharia e física.

Outro avanço relevante foi o lançamento de editais com recorte de gênero e raça, tanto para bolsas quanto para projetos de pesquisa e extensão. Essas iniciativas buscaram corrigir desigualdades de acesso e fomentar a produção científica liderada por mulheres, fortalecendo redes de pesquisa com perspectiva feminista. O Programa Mulher e Ciência (PMC) é exemplo

emblemático, ao promover editais, premiações e ações simbólicas que valorizam trajetórias femininas. Conforme Reznik e Massarani (2016, 2021), o PMC teve impacto positivo na construção de redes e no fortalecimento institucional de grupos comprometidos com a equidade de gênero.

Contudo, como alertam Lima, Lopes e Costa (2016), tais avanços ainda enfrentam obstáculos estruturais, como descontinuidade administrativa, baixa capilaridade territorial e fragilidade nos mecanismos de monitoramento. Em muitos casos, as ações dependem de agendas pontuais e não se consolidam como políticas de Estado. A crítica de Olinto (2011) reforça que a exclusão das mulheres na ciência não decorre de desinteresse, mas de ambientes acadêmicos hostis e redes excludentes, que dificultam a permanência e o reconhecimento feminino.

Relatórios como “Decifrar o Código” (UNESCO, 2018) indicam que políticas de mentoria e programas de formação com enfoque de gênero têm impacto comprovado na autoconfiança e permanência de meninas em áreas STEAM, especialmente quando articulados às escolas desde os primeiros anos da formação. No entanto, como destacam Torres et al. (2017), a ausência de articulação entre políticas científicas e educacionais compromete a continuidade das trajetórias femininas — da escola básica à pós-graduação.

Além disso, é fundamental uma abordagem interseccional. Crenshaw (1991) denuncia que políticas que tratam “as mulheres” como grupo homogêneo ignoram opressões múltiplas ligadas à raça, classe, deficiência e sexualidade. Essa crítica é reforçada por Cruz, Gomes e Ramos (2022), ao apontarem a escassez de dados desagregados por gênero e raça, o que dificulta a formulação de políticas públicas eficazes e equitativas.





Estudos recentes, como o de Gomes et al. (2024), reiteram que o acesso das mulheres à ciência não pode se limitar à presença simbólica. É preciso criar ambientes institucionais acolhedores, com ações afirmativas e redes de apoio que reconheçam a diversidade das trajetórias femininas. Como propõem Santos et al. (2012) e Cordeiro (2017), políticas de inclusão só serão efetivas se articuladas à justiça cognitiva e à reparação histórica, reconhecendo saberes marginalizados e transformando as estruturas de poder no campo científico.

Assim, para que a equidade de gênero deixe de ser pauta periférica e se torne estratégia estrutural, é essencial fortalecer a intersetorialidade, a continuidade institucional e a

participação social nos planos nacionais de desenvolvimento científico — rumo a uma ciência verdadeiramente democrática, diversa e comprometida com a justiça social.

Currículos e Cultura Escolar: Um Entrave para a Equidade?

A cultura escolar, ainda marcada por estereótipos de gênero, reproduz imagens que associam a racionalidade e o conhecimento científico ao masculino, enquanto atribuem ao feminino a sensibilidade e o cuidado. Esse binarismo afeta a forma como meninas se percebem e se posicionam em relação à ciência (REZNIK & MASSARANI, 2016).

A análise bibliográfica indica que os currículos, especialmente nas Ciências, são vetores dessa desigualdade. Franzolin e Ferreira (2023) apontam a ausência persistente de cientistas mulheres nos materiais didáticos e na prática docente, o que invisibiliza suas trajetórias e reforça a ideia de que a ciência é uma atividade masculina. Assim, as meninas carecem de referências que favoreçam sua identificação com o campo científico, o que repercute em suas escolhas acadêmicas e profissionais.

Schiebinger (2001) propõe uma transformação epistemológica da ciência, que vá além da simples inclusão de mulheres em um modelo excludente. Para ela, é preciso repensar métodos, perguntas e objetos científicos, incorporando epistemologias femininas e saberes plurais.

Essa mudança exige articulação entre políticas curriculares, formação docente e ações escolares voltadas à equidade. Torres et al. (2017) relatam experiências exitosas com oficinas





e experimentações científicas que desconstruíram estereótipos e fortaleceram vínculos positivos das meninas com a ciência.

Superar as desigualdades de gênero no currículo e na cultura escolar requer mudanças estruturais no modo como a ciência é ensinada e narrada. Não basta incluir nomes femininos em livros didáticos: é preciso romper paradigmas e abrir espaço para novos sujeitos, perguntas e modos de produzir conhecimento.

Percepções das Mulheres nas Áreas STEM: Barreiras Subjetivas e Objetivas

Para além dos dados estatísticos sobre acesso e permanência, as experiências subjetivas de mulheres em cursos das áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) r

revelam dimensões ocultas da exclusão. Estudos como o de Junges, Rosa e Grocinotti (2023) mostram que muitas alunas nessas áreas enfrentam sentimentos persistentes de não pertencimento, necessidade constante de provar competência, além de subestimação por parte de colegas e docentes. Esses fatores geram um ambiente simbólico hostil que compromete a saúde emocional, a motivação e a continuidade das trajetórias acadêmicas desses estudantes.

Essas barreiras não são apenas individuais ou circunstanciais, mas estruturais e sistêmicas. Elas operam por meio de violências cotidianas, da ausência de representações femininas nos espaços de poder, da escassez de redes de apoio e de uma cultura institucional que ainda considera o padrão masculino como referência de mérito e competência.

A consequência direta disso é a perpetuação de espaços científicos que, embora formalmente abertos às mulheres, seguem reproduzindo modelos de sucesso e produtividade que desconsideram experiências femininas, afetivas e colaborativas de produzir conhecimento. Assim, a inclusão efetiva das mulheres na ciência exige mais do que sua presença física nos laboratórios e salas de aula. Ela requer a reconfiguração dos ambientes acadêmicos, com práticas de escuta, reconhecimento de diferentes formas de saber, acolhimento e redes de suporte.

Como defendem Lüdke e André (2001) e Triviños (1987), é preciso compreender os sujeitos em sua totalidade e contexto social para que intervenções educacionais sejam significativas e emancipatórias. Além disso, as desigualdades não atingem todas as mulheres da mesma maneira. Fatores como raça, classe social, território e deficiência potencializam os





efeitos da exclusão. Isso reforça a urgência de políticas educacionais e científicas com enfoque interseccional, capazes de enxergar a pluralidade das experiências femininas e promover a justiça cognitiva.

Caminhos para a Transformação: Intersetorialidade e Compromisso Institucional

A superação das desigualdades de gênero na ciência demanda políticas públicas contínuas e integradas. Três dimensões estratégicas são centrais:

- Curricular: reformular conteúdo para valorizar cientistas mulheres e epistemologias plurais;
- Institucional: adotar critérios de promoção sensíveis ao gênero e ampliar a presença feminina em cargos de liderança;
- Formativa: promover mentoria, oficinas e ações afirmativas voltadas a meninas de contextos vulneráveis.

Essas dimensões devem ser articuladas entre escolas, universidades, agências e movimentos sociais. Conforme a UNESCO (2018), a equidade de gênero é condição essencial para o avanço científico e o desenvolvimento sustentável. Garantir a participação plena das mulheres é garantir uma ciência mais justa, democrática e socialmente relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho evidencia que a desigualdade de gênero na ciência é estrutural, histórica e profundamente enraizada nos modos de produzir, ensinar e valorizar o conhecimento. Mais do que uma sub-representação numérica, a exclusão das mulheres manifesta-se de forma complexa: no currículo escolar, nos espaços acadêmicos, nos critérios de avaliação e nas experiências subjetivas das próprias mulheres — especialmente daquelas situadas nas intersecções de gênero, raça, classe e território.

Políticas públicas como o Programa Mulher e Ciência representam avanços relevantes ao promover visibilidade e reconhecimento das trajetórias femininas na ciência. Contudo, sua





efetividade ainda é limitada por descontinuidade institucional, baixa integração intersetorial e ausência de metas estruturantes que garantam sustentabilidade a longo prazo.

A exclusão feminina na ciência também é epistêmica. Como argumentam Schiebinger (2001), Cordeiro (2017) e Crenshaw (1991), a ciência moderna consolidou-se como campo masculinizado, deslegitimando saberes femininos, populares e não ocidentais. Enfrentar essa lógica exige mais que ampliar o acesso — requer transformar os próprios critérios de validação

do conhecimento, incorporando o cuidado, a colaboração, a pluralidade e a justiça cognitiva como dimensões da prática científica.

Nesse processo, a escola assume papel estratégico. Como mediadora do conhecimento e formadora de subjetividades, deve atuar de forma intencional na desconstrução de estereótipos, na valorização de cientistas mulheres e na promoção de práticas pedagógicas

inclusivas. Isso implica revisar currículos, fortalecer a formação docente e criar experiências significativas que aproximem meninas da ciência desde as séries iniciais (UNESCO, 2018).

Políticas eficazes devem ser interseccionais, contínuas e articuladas: das salas de aula às agências de fomento, dos grupos de pesquisa às instâncias ministeriais. A transformação institucional requer critérios sensíveis ao gênero, ações afirmativas, redes de apoio e ambientes acadêmicos acolhedores. Também é necessário que a produção científica em Educação avance na abordagem dessa pauta, superando a invisibilidade ainda presente nos periódicos qualificados.

Por fim, a equidade de gênero na ciência não é apenas uma questão de justiça social, mas de qualidade e integridade científica. Uma ciência diversa é mais crítica, inovadora e comprometida com a realidade social. Romper com os padrões excludentes que ainda estruturam o campo científico é condição essencial para a construção de uma ciência democrática, ética e verdadeiramente transformadora.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação: edital 2023*. Brasília: CNPq, 2023.





Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/acoes-e-programas/meninas-nas-ciencias-exatas-engenharias-e-computacao>. Acesso em: 01 jun. 2025.

CORDEIRO, M. D. *Mulheres na Física: um pouco de história*. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 669-672, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2017v34n3p669>. Acesso em: 23 maio 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRANZOLIN, Fernanda; FERREIRA, Letícia. *Possibilidades para a equidade de gênero por meio do Ensino de Ciências por investigação*. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320230021>. Acesso em: 23 maio 2025.

GOMES, L. C. P.; UCHÔA, M. B.; SOARES, M. R. *Negligenciamento histórico da atuação das mulheres da ciência*. *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, Belém, v. 20, n. 45, p. 214-230, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/15990>. Acesso em: 23 maio 2025.

JUNGES, D. L. V.; ROSA, L. P.; GROGINOTTI, V. G. *A percepção de mulheres estudantes em cursos de graduação das áreas STEM*. *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, Belém, v. 19, n. 42, p. 102-117, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/13635>. Acesso em: 23 maio 2025.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI). *Políticas públicas para a equidade de gênero na ciência, tecnologia e inovação*. Brasília: MCTI, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti>. Acesso em: 01 jun. 2025.

OLINTO, G. A. *A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil*. *Inclusão Social*, v. 5, n. 1, p. 35-43, 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 23 maio 2025.

REZNIK, G.; MASSARANI, L. *Mulheres na ciência: por que ainda são minoria?* *Cadernos Pagu*, n. 48, p. e16480005, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600480005>. Acesso em: 23 maio 2025.

REZNIK, G.; MASSARANI, L. *Programa Mulher e Ciência: impactos e desafios para a equidade de gênero na ciência brasileira*. *Cadernos Pagu*, n. 64, 2022. Disponível em:



<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8670035>. Acesso em: 22 maio 2025.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

SANTOS, N. M. et al. *As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso*. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 45-52, 2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9956/11528>. Acesso em: 23 maio 2025.

SANTOS, S. M. et al. *As mulheres praticando ciência no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 1, p. 11-29, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>. Acesso em: 23 maio 2025.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* São Paulo: Edusp, 2001.

TORRES, K. B. V. et al. *Inclusão das mulheres nas ciências e tecnologia: ações voltadas para a educação básica*. *Expressa Extensão*, v. 22, n. 2, p. 124-133, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/11847>. Acesso em: 23 maio 2025.

UNESCO. *Decifrar o código: a educação de meninas em STEM*. Paris: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260075>. Acesso em: 22 maio 2025.

